CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (05/11/2026 A 11/11/2026)

MINERAÇÃO

• Proposta da ANM para ampliar a fiscalização de *royalties* divide mineradoras e prefeituras

Setor empresarial teme o acesso de estados e municípios a dados sigilosos, enquanto a Amig defende maior autonomia dos entes na fiscalização

Uma tomada de subsídios encerrada pela ANM expôs a apreensão das mineradoras com um mecanismo proposto pelo órgão para ampliar o poder de estados e municípios na fiscalização do setor. A resolução em discussão fixa regras para que esses entes assinem acordos de adesão e auxiliem a Agência em suas competências, colocando-se na linha de frente da fiscalização, sobretudo quanto à distribuição da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Trata-se de demanda antiga dos municípios mineradores que se queixam da falta de autonomia para fiscalizar assuntos ligados a seus territórios e orçamentos.

Neste sentido, o ponto central do debate é o limite dessas atribuições. Assim, o Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra) e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) defendem que apenas a ANM continue a requisitar documentos sobre produção, comercialização e recolhimento da CFEM, com requisitos mínimos de segurança da informação, e que os relatórios dos entes tenham caráter apenas informativo e subsidiário. Já a Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (Amig) pleiteia maior autonomia, com diligências *in loco* e cruzamento de dados por conta própria, enquanto a Vale pede que a fiscalização municipal ocorra somente por meio de acordos com a Agência. Dessa forma, as contribuições foram encaminhadas às áreas técnicas, com previsão de publicação da nova resolução em até 180 dias.

Fonte: Link

• ANM restabelece o acesso ao SEI e retoma o Protocolo Digital e o REPEM

Agência reforça a segurança dos sistemas sem comprometimento dos dados e avalia proposta de prorrogação dos prazos afetados

A ANM informou que o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) voltou a ficar disponível para acesso pela internet, após a conclusão das medidas de reforço da segurança do ambiente tecnológico. Segundo a Agência, não houve invasão nem comprometimento dos sistemas, e os processos, documentos e informações institucionais permaneceram íntegros e protegidos durante todo o período. Os sistemas Protocolo Digital e REPEM, que seguiam indisponíveis, voltaram a operar a partir das 15 horas de 11 de novembro, sendo o objetivo dessa definição prévia de data e horário o de garantir ampla divulgação e preservar o direito de prioridade dos requerimentos minerários.

Ainda, em relação aos prazos afetados pela indisponibilidade dos sistemas, a ANM informou que avalia uma proposta de prorrogação para resguardar os direitos eventualmente prejudicados, cuja decisão será publicada nos canais oficiais assim que houver deliberação. Por fim, a Agência orientou os usuários a utilizarem apenas os canais oficiais para acessar os sistemas, a evitarem links recebidos por meios não oficiais e a procurarem o suporte em caso de dificuldade de acesso.

Fonte: Link

- **Exportações brasileiras de minério de ferro recuam pelo quarto mês consecutivo**

Vendas externas caíram 27,6% em outubro, pressionadas pela retração do preço médio e do volume embarcado diante da demanda chinesa mais fraca

As exportações brasileiras de minério de ferro registraram queda de 27,6% em outubro, na comparação com o mesmo mês de 2025, no quarto mês consecutivo de retração anual. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o país exportou US$ 2,12 bilhões em minério de ferro e concentrados, ante US$ 2,93 bilhões no ano anterior, com recuo de 8,9% no volume embarcado, de 40,1 milhões para 36,5 milhões de toneladas, e de 20,5% no preço médio, de US$ 73,10 para US$ 58,10 por tonelada. Vê-se, pois, que sequência negativa começou em julho e se aprofundou nos meses seguintes.

O desempenho ocorre em meio à pressão sobre o mercado internacional, marcada por preocupações com a demanda chinesa e pelos custos elevados de frete marítimo que reduzem a competitividade do produto brasileiro frente a concorrentes mais próximos da China, como a Austrália. A retração contrastou com o comércio exterior do país, que cresceu 20% em outubro, e fez a participação do minério de ferro nas exportações brasileiras cair de 9,3% para 5,6%. No acumulado de janeiro a outubro, as vendas externas somaram US$ 22,18 bilhões, queda de 5,7% ante o mesmo período do ano anterior, embora o minério permaneça entre os principais produtos da pauta exportadora.

Fonte: Link

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **Senado aprova projeto que amplia o acesso da ANP a dados do setor de combustíveis**

Texto aprovado por 72 votos a zero segue para sanção e autoriza a agência a cruzar informações fiscais para reforçar a fiscalização preventiva

O Senado Federal aprovou, por 72 votos a zero, projeto de lei complementar que autoriza a ANP a acessar dados fiscais eletrônicos e físicos das empresas reguladas no mercado de combustíveis e lubrificantes. Assim, a proposta que segue para sanção presidencial busca reforçar a fiscalização e aumentar a inteligência regulatória de forma preventiva com o objetivo, segundo o Relator, o Senador Marcos

Rogério, de combater a concorrência desleal, sobretudo em casos motivados por sonegação ou fraudes tributárias.

Neste cenário, pela proposta, a Agência poderá comparar o volume de combustíveis a partir das notas fiscais e dos registros tributários junto aos órgãos de controle, ganhando capacidade de identificar operações suspeitas e prevenir danos ambientais e prejuízos à arrecadação. O custeio do monitoramento recairá sobre a própria ANP, sem impacto direto para outros órgãos ou para a União, e os ajustes firmados para o compartilhamento dos dados deverão prever o ressarcimento dos custos de acesso e de manutenção dos sistemas. Ainda, o texto determina que, ao instaurar processos sancionadores com impacto tributário, a Agência comunique a Receita Federal, o Ministério da Fazenda e as secretarias estaduais competentes.

Fonte: Link

• Ônibus movido a gás natural veicular é testado como alternativa para o transporte coletivo em Santa Catarina

SCGÁS amplia as operações assistidas com um ônibus Scania movido totalmente a gás para avaliar desempenho, consumo e emissões

A SCGÁS vem ampliando as operações assistidas com um ônibus Scania movido totalmente a gás natural, testado em diferentes cidades catarinenses, com o objetivo de avaliar, em condições reais, o desempenho, a autonomia, o consumo, a viabilidade econômica e as emissões, gerando dados para uma eventual decisão sobre a renovação da frota. A iniciativa reúne parceiros como a Scania Brasil, o Consórcio Cribus, o Grupo Forquilhinha, a Biguaçu Transportes Coletivos, a ARESC e as prefeituras de Criciúma, Biguaçu e Florianópolis, e aponta economia de 25% a 30% em relação ao diesel, com redução superior a 85% nas emissões de material particulado e óxidos de nitrogênio.

Entre os resultados já registrados, um fretamento de 23 dias em maio somou 6.635 quilômetros e economia operacional de cerca de 37%, com projeção de economia anual superior a R$ 95 mil, além de operações em Criciúma e em Biguaçu ainda em avaliação. Os testes também apontam para o uso futuro do biometano, produzido a partir de resíduos orgânicos, na mesma tecnologia veicular, o que permitiria uma transição energética gradual, com manutenção semelhante à dos ônibus a diesel. A próxima operação está sendo planejada com a Scania em Florianópolis, para atender à região metropolitana, dentro da estratégia de produzir dados concretos para que cada município avalie a alternativa mais adequada à sua realidade.

Fonte: Link

• CNA aponta o crédito como principal desafio para o Brasil ampliar a liderança em biocombustíveis

Em fórum do setor, a entidade sustenta que a falta de financiamento limita a expansão, apesar do potencial de o país responder por 40% do crescimento global da demanda

O Brasil tem potencial para se tornar líder mundial na produção de biocombustíveis, mas a falta de acesso ao crédito e as dificuldades de financiamento ainda limitam a expansão do setor, alertou a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) durante o Fórum Planeta Campo 2026, em São Paulo. Segundo o diretor de Agronegócio da entidade, Bruno Lucchi, a disponibilidade limitada de recursos compromete os investimentos dos produtores, e em algumas linhas voltadas a práticas sustentáveis os recursos se esgotam em menos de dois meses, razão pela qual a CNA defende a ampliação de linhas como o Inovagro.

Ainda, apesar dos obstáculos, as perspectivas são positivas, pois o Brasil e os Estados Unidos concentram 59% da produção mundial de biocombustíveis, e projeções indicam que o país poderá responder por 40% do crescimento da demanda global até 2030. Para aproveitar a oportunidade, a entidade pretende ampliar a capacitação e a assistência técnica aos produtores, com a criação de um Centro de Excelência em Cana e Bioenergia prevista para 2027, em Ribeirão Preto, e trabalha para ampliar a certificação no mercado de Créditos de Descarbonização. Para o setor, transformar o potencial em liderança dependerá da combinação entre investimentos, acesso ao crédito, segurança regulatória e práticas sustentáveis.

Fonte: Link

ENERGIA ELÉTRICA

• ANEEL propõe a Tarifa Hora Certa com enquadramento automático dos consumidores acima de 500 kWh por mês

Mudança gradual a partir de 2028 trará contas informativas prévias e opção temporária de saída, sem alcançar os beneficiários da Tarifa Social e do Desconto Social

As áreas técnicas da ANEEL vão propor à Diretoria Colegiada que os consumidores de baixa tensão com consumo médio mensal igual ou superior a 500 quilowatts-hora sejam enquadrados automaticamente na tarifa branca, agora chamada de Tarifa Hora Certa. A medida poderá abranger cerca de 5,7 milhões de unidades consumidoras dos subgrupos residencial, rural e comercial. Desse modo, o enquadramento será gradual e começará pelos maiores consumidores. Primeiro entrarão as unidades com consumo a partir de 1.800 kWh por mês em abril de 2028. Em seguida, será a vez das unidades a partir de 1.000 kWh em abril de 2029 e, por último, das que consomem a partir de 500 kWh em abril de 2031. A proposta incorpora as contribuições recebidas na Consulta Pública nº 046/2025.

Ainda, a proposta também traz mecanismos de proteção durante a transição. Antes da mudança, a distribuidora deverá notificar o consumidor e enviar uma conta informativa sem cobrança por no mínimo três ciclos de faturamento. Dessa forma, quem preferir poderá migrar para uma tarifa plana temporária de valor único mais alto, que valerá por dois anos e será extinta em 2033. Contudo, ficam de fora da nova modalidade as unidades de baixa renda e de desconto social, a iluminação pública e o pré-pagamento. Já as unidades com micro ou minigeração distribuída e as novas

estações de recarga de veículos elétricos também serão alcançadas. Assim, a Tarifa Hora Certa terá três períodos de cobrança e preços maiores no horário de ponta, de modo a incentivar o deslocamento do consumo para os horários mais baratos e a facilitar a integração das fontes renováveis.

Fonte: Link

• ONS aponta que a expansão de *data centers* em São Paulo pode limitar o envio de energia ao Sul

Plano de operação de médio prazo indica pressão sobre a rede paulista e eventual necessidade de mais geração na região Sul

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) alertou que a expansão dos data centers em São Paulo poderá restringir a transferência de energia para o Sul e aumentar a necessidade de geração na própria região, sobretudo nos períodos de maior consumo. A avaliação consta do Plano da Operação Elétrica de Médio Prazo para o ciclo de 2027 a 2031. Segundo o relatório, a entrada de grandes consumidores tende a esgotar os recursos disponíveis para o controle de tensão e a intensificar os fluxos na rede de transmissão paulista. Dessa forma, esse efeito reduz a capacidade máxima de envio de energia do subsistema Sudeste/Centro-Oeste para o Sul e já aparece em simulações que apontam tensão abaixo do limite em algumas subestações, mesmo com a rede completa.

Neste cenário, o diagnóstico acompanha o avanço das solicitações de conexão. Até setembro de 2026, o operador registrava 212 projetos de data centers na área de São Paulo, com cerca de 17,8 gigawatts de potência solicitada. Desse total, 38 projetos já haviam sido viabilizados na Rede Básica e somavam 4.289 megawatts. Assim, o ONS ressalta que parcela significativa dessa potência ainda não está refletida nos estudos e defende a avaliação de soluções integradas que considerem tanto o atendimento ao Sul quanto o crescimento da carga paulista. As restrições já levaram à recusa de pedidos de conexão, a exemplo dos cerca de 8 gigawatts negados pela CPFL Energia por gargalos na rede, parte deles de caráter especulativo.

Fonte: Link

• MME autoriza as usinas GNA a exportar energia à Argentina e ao Uruguai

Portaria permite às usinas GNA I e GNA II, no Porto do Açu, vender energia interruptível aos países vizinhos, sem comprometer a segurança do SIN

O MME autorizou, em 11 de novembro, as usinas GNA I e GNA II, no Porto do Açu, no norte do Rio de Janeiro, a exportar energia elétrica interruptível para a Argentina e o Uruguai, segundo portaria publicada no Diário Oficial da União. O ato estabelece que as exportações não podem comprometer a segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN) nem aumentar os custos do setor elétrico brasileiro, e determina que as empresas informem mensalmente à ANEEL os volumes exportados, a origem da energia e a identificação dos compradores, além de aderirem à CCEE em até dez dias úteis.

Assim, movidas a gás natural, as usinas GNA I e GNA II somam três gigawatts de capacidade, cerca de 10% da geração a gás natural do país, e o modelo de exportação segue diretrizes definidas pelo governo em outubro de 2024, conforme critérios do ONS, que já monitora o sistema em razão do El Niño. A autorização chega em um ano de pressão sobre o custo de energia, marcado por bandeira amarela intermitente na conta do consumidor. Para o Uruguai, o envio ainda depende de autorização ou contrato para o uso das estações conversoras de Rivera e Melo, e a autorização pode ser revogada em caso de descumprimento das regras ou por decisão do governo.

Fonte: Link

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)

• Na COP31, MME destaca o papel da transmissão e da previsibilidade regulatória para atrair investimentos

Em painel sobre financiamento da eletrificação, o Ministério apresentou os resultados dos leilões e apontou o planejamento e as novas tecnologias como desafios da expansão da rede

O MME defendeu, em 10 de novembro, em Antália, na Turquia, que o avanço da transição energética depende da expansão das redes de transmissão, em painel realizado durante a 31ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31). Representando a pasta, a secretária Nacional de Transição Energética e Planejamento, Mariana Espécie, ressaltou que uma carteira de projetos estável e transparente tem tanto valor quanto o próprio investimento e que a rede do futuro precisa ser mais inteligente, flexível e resiliente, diante de uma geografia que concentra os melhores recursos renováveis no Nordeste e no Centro-Oeste e os maiores centros de consumo no Sudeste e no Sul.

Entre 2023 e 2026, os leilões de transmissão mobilizaram cerca de R$ 70 bilhões, quase integralmente de capital privado, e o certame mais recente garantiu outros R$ 8,9 bilhões em projetos distribuídos por sete estados, resultados atribuídos à confiança no modelo brasileiro de concessões de longo prazo e planejamento centralizado. O Ministério apontou como desafios a antecipação do planejamento, para evitar cortes de geração, e a adoção de novas tecnologias, como as linhas em corrente contínua de alta tensão e a classificação dinâmica de capacidade, além do armazenamento previsto no PDE 2036, que indica 31,9 mil quilômetros de novas linhas e 9,2 gigawatts de armazenamento, diante da expectativa de crescimento de 40% na demanda mundial por eletricidade até 2035.

Fonte: Link

• CIMCE aprova a lista oficial de 27 minerais críticos e estratégicos da política nacional

Rol definido pelo MME considerou fatores econômicos, socioambientais e geopolíticos e passa a acionar o mecanismo de triagem de investimentos

O Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE) aprovou, em 5 de novembro, durante sua 1ª Reunião Plenária, a lista oficial de minerais críticos e estratégicos, consolidando as diretrizes da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) a partir de subsídios técnicos do Ministério de Minas e Energia (MME). A entrada de uma substância na lista é o que aciona o mecanismo de triagem de investimentos, garantindo a proteção nacional em operações societárias estratégicas, e funciona como critério essencial para o acesso aos instrumentos de fomento, de modo que apenas os empreendimentos focados nesses 27 minerais e inscritos no Cadastro Nacional de Projetos poderão receber apoio governamental, como o do Fundo Garantidor da Atividade Mineral.

Para a definição dos minerais críticos foram observados fatores como a disponibilidade dos recursos no país, a relevância para setores estratégicos, as perspectivas de demanda, os riscos geopolíticos e os gargalos tecnológicos, enquanto os minerais estratégicos consideraram reservas significativas e relevância para a economia. As substâncias enquadradas incluem alumínio, cobalto, cobre, estanho, grafite, lítio, nióbio, níquel, manganês, silício, terras raras, tório, vanádio, zinco, cromo, ferro, grupo da platina, magnésio, molibdênio, ouro, tântalo, titânio, tungstênio, enxofre, fosfato, potássio e urânio, distribuídas em três classes conforme a necessidade de atuação do Estado. Segundo o Ministro Alexandre Silveira, a medida reforça a soberania sobre as riquezas nacionais e busca superar o modelo histórico de mero exportador de matérias-primas.

Fonte: Link

• MME abre consulta pública sobre o novo manual de operacionalização do Luz para Todos

Proposta atualiza as regras do programa, com novas prioridades de atendimento e diretrizes para o uso produtivo da energia em áreas rurais e remotas

O MME abriu consulta pública sobre a proposta de um novo manual de operacionalização do Luz para Todos, programa que leva energia elétrica a áreas rurais e regiões remotas, iniciativa formalizada pela Portaria MME nº 946, de 6 de novembro de 2026. Os interessados poderão enviar contribuições por 30 dias, a partir da publicação da portaria, por meio do Portal de Consultas Públicas do MME e da plataforma Brasil Participativo. Dessa forma, a revisão busca adequar as regras de execução às mudanças introduzidas pelo Decreto nº 12.964, de maio de 2026, que ampliou as prioridades de atendimento e incluiu diretrizes para o uso da eletricidade como instrumento de desenvolvimento produtivo.

Entre os públicos prioritários contemplados estão as famílias em situação de vulnerabilidade, as comunidades tradicionais e os agricultores familiares, e o texto prevê orientações para o atendimento de equipamentos e iniciativas comunitárias relacionados a serviços essenciais, segurança alimentar, abastecimento de água e conectividade. Ainda, outro eixo é o atendimento a infraestruturas destinadas ao uso produtivo da energia em áreas rurais e remotas da Amazônia Legal, de modo a

contribuir com a geração de trabalho e renda. Por fim, o novo manual deverá detalhar critérios técnicos e financeiros, procedimentos e atribuições dos agentes, atendendo ao prazo de 180 dias estabelecido pelo decreto.

Fonte: Link

FERNANDA CRISTINNE ROCHA DE PAULA:01117993175

Assinado de forma digital por FERNANDA CRISTINNE ROCHA DE PAULA:01117993175
Dados: 2026.11.12 11:03:53 -03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA
Representada por sua Sócia
OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO
Estagiária de Direito